

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Quinta Sessão Ordinária
30 de Junho – 3 de Julho de 2004
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/106 (V)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE AS
SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ÁFRICA

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE AS SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório faz o ponto da situação das várias situações de conflito no Continente desde a Sessão do Conselho Executivo em Março último.

2. Durante este período, registaram-se progressos significativos na resolução de várias situações de conflito. Acontece o mesmo com a crise nas Comores, que dura desde 1997 e com o conflito no Sudão no que diz respeito às negociações entre o Governo e o Movimento (Exército Popular para a Libertação do Sudão). No Burundi, uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas (ONUB) substituiu a Missão Africana no Burundi, (OMIB), reforçando as oportunidades de conclusão do processo iniciado no país desde a assinatura do Acordo de Arusha a 28 de Agosto de 2000. Na Somália, o complexo processo de reconciliação, conduzido sob os auspícios da IGAD desde Outubro de 2002, acaba de entrar na terceira e última fase, que deverá culminar com a formação de instituições de transição. A maior coesão demonstrada pelos países da região nas últimas semanas reforça indubitavelmente as oportunidades de conclusão do processo.

3. Na República Democrática do Congo, (RDC), registaram-se muito dificuldades durante o período em análise. Devemos, em particular, destacar os acontecimentos ocorridos recentemente em Bukavu, no Leste do país, e a subsequente tensão nas relações entre a RDC e o Rwanda. A situação continua igualmente preocupante na Côte d'Ivoire, onde o processo de reconciliação está praticamente no impasse desde Março último.

4. Uma das maiores crises por que passa o Continente, devido aos sofrimentos horríveis infligidos às populações civis e aos riscos de uma catástrofe humanitária ainda maior, é sem dúvida a do Darfour, na parte ocidental do Sudão. A UA, em colaboração com os seus parceiros, desenvolve esforços permanentes para encontrar uma solução duradoura para esta crise. Evidentemente, é um teste à capacidade da UA de agir com eficácia para fazer face aos conflitos que assolam o continente e implementar os seus princípios.

5. De uma forma geral, a situação no continente continua instável. Os progressos registados continuam frágeis, tanto mais que são susceptíveis de serem postos em causa, enquanto que novas crises podem sempre surgir. O Darfour ilustra bem esta situação.

6. Neste contexto, os esforços visando promover a paz e a estabilidade no continente devem ser intensificados. A este respeito, nunca é demais sublinhar a importância do papel do Conselho de Paz e Segurança (CPS). A declaração de compromisso adoptada aquando do lançamento solene deste Órgão, a 25 de Maio

último, permitiu reafirmar a determinação dos membros do Conselho em assumir as responsabilidades que lhes são atribuídas. Agora, convém aplicar esta determinação na prática para confortar a esperança que as nossas populações e os nossos parceiros depositam na UA.

II. EVOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO

a) Comores

7. Desde a última Sessão do Conselho Executivo, a União Africana, em estreita concertação com a África do Sul, na qualidade de país coordenador dos esforços regionais e da Troika da UA sobre as Comores, prosseguiu esforços visando concluir a implementação do Acordo de 20 de Dezembro de 2003, sobre as disposições transitórias nas Comores.

8. Tenho o prazer de informar o Conselho que, de acordo com o calendário fixado pela Comissão Nacional Eleitoral Independente (CNEI) e aprovado pelo Comité de Acompanhamento da Implementação do Acordo de 20 de Dezembro de 2003, que a UA preside, as eleições às Assembleias das Ilhas Autônomas tiveram lugar a 14 e 21 de Março de 2004, e as da Assembleia da União a 18 e 25 de Abril de 2004.

9. No âmbito destas eleições, e aplicando a decisão tomada pelo Órgão Central do Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, em Janeiro de 2004, foi enviada numa Missão de Observação Militar às Comores. Esta Missão, composta por 41 observadores fornecidos pela África do Sul, Benin, Burquina-Faso, Madagáscar, Moçambique, Senegal, Togo e Mauritânia, participou na segurança do país e do processo eleitoral antes, durante e depois das eleições. A União Africana também enviou uma Missão de Observação de Eleições, presidida pelo Sr. Norbert Ratsura, ex-Primeiro Ministro e ex-Presidente do Tribunal Constitucional da República de Madagáscar. Os observadores da UA, provenientes da África do Sul, do Quênia, das Maurícias, de Madagáscar e da Tanzânia, trabalharam com os outros observadores enviados pela Organização Internacional da Francofonia (OIF), a Liga dos Estados Árabes (LEA), a Comissão do Oceano Índico (COI) e a França. Além disso, a UA concedeu uma contribuição financeira de 150.000 \$EU como apoio ao processo eleitoral.

10. As eleições legislativas, que decorreram em condições consideradas globalmente satisfatórias, foram largamente ganhas pelos partidários das Ilhas Autônomas, seguidas pela formação das Assembleias das Ilhas e da Assembleia da União. Agora só resta instalar o Tribunal Constitucional, garante da constitucionalidade das leis e do respeito pela repartição de competências entre a União e as Ilhas.

11. Todavia, este exercício não decorreu sem dificuldades. As Ilhas Autónomas de Mohéli e Anjouan tentaram designar personalidades não eleitas para as representar na Assembleia da União. Tratou-se manifestamente de uma atitude contrária à Constituição da União, que, nos Artigos 19 e 20, estipula que a Assembleia da União é composta por 33 deputados eleitos para um mandato de 5 anos, dos quais 15 designados pelas Assembleias das Ilhas, à razão de 5 por ilha, e 18 eleitos por sufrágio universal directo no quadro de um escrutínio maioritário uninominal em duas voltas. Graças à acção do meu Enviado Especial, Sr. Francisco Madeira, e ao apoio dos outros representantes à Assembleia da União seguindo o procedimento previsto pela Constituição da União das Comores.

12. O Conselho sabe que uma das vertentes mais importantes do Acordo de 20 de Dezembro de 2003, refere-se às questões orçamentais e aduaneiras. No quadro do Comité de Harmonização, presidido, por Mamadou Lamine Loum, ex-Primeiro Ministro do Senegal, em nome da OIF, registaram-se progressos significativos relativamente aos aspectos orçamentais e aduaneiros do período de transição.

13. Todavia, a implementação dos mecanismos acordados pela partes comorianas foi marcada por dificuldades, tendo faltado várias vezes a vontade política necessária. Convém, a este respeito, assinalar o contencioso de ordem orçamental e aduaneira que continua a opor a União às Ilhas Autónomas. Estão em curso esforços visando resolver este problema no quadro do Comité de Harmonização.

14. Desde a assinatura do Acordo de 20 de Dezembro de 2003, a situação no Arquipélago conhece uma evolução globalmente encorajadora. Os objectivos pretendidos com o Acordo de 20 de Dezembro foram globalmente atingidos. Foi tendo em conta esta evolução que se pôs termo ao envio de observadores militares da UA, cuja retirada é efectiva desde 30 de Maio de 2004.

15. Gostaria de felicitar as partes comorianas pelo empenhamento que demonstraram. Gostaria igualmente de apresentar sinceros agradecimentos à África do Sul, que coordena os esforços regionais sobre as Comores, e os outros países da região e da Troika pela sua determinação e contribuição efectiva aos esforços visando concluir o processo de reconciliação nas Comores. Os meus agradecimentos vão igualmente para os Estados-membros que contribuíram com observadores para a Missão de Observação Militar da UA. Finalmente, gostaria de agradecer aos parceiros da UA, em especial a OIF, a Liga dos Estados Árabes, a União Europeia e a França, pelo apoio concedido ao processo de reconciliação e aos esforços da UA. Os resultados alcançados nas Comores só foram possíveis através da estreita colaboração entre a UA e seus parceiros.

16. Gostaria de lançar um apelo a todas as partes comorianas para que continuem a demonstrar o empenhamento que prevaleceu até agora. Convém, em

particular, evitar qualquer atitude susceptível de gerar tensões e pôr em causa os progressos realizados até aqui. Reitero o apelo urgente lançado às partes comorianas pelo Conselho de Paz e Segurança aquando da 6ª Reunião, realizada em Adis Abeba, a 29 de Abril último, para que continuem a demonstrar espírito de responsabilidade e de compromisso na conclusão da instalação bem como no funcionamento das novas instituições da União das Comores.

17. A UA continuará a apoiar as partes comorianas na procura da paz e reconciliação duradouras. Em estreita colaboração com a Comunidade Internacional, a UA irá trabalhar na organização da Mesa Redonda dos Doadores, prevista nas Maurícias, com vista a mobilizar os recursos necessários à recuperação sócio-económica do Arquipélago.

b) Somália

18. Durante a última sessão, informei o Conselho sobre a situação na Somália. Realcei as dificuldades enfrentadas pela Conferência de Reconciliação Nacional da Somália em Mbagathi, Quênia, bem como os problemas que persistem na Somália especialmente a precária situação humanitária e o contínuo fluxo de armas nas facções armadas e noutros grupos. Apraz-me informar que o processo de paz atingiu agora uma fase decisiva, com uma série de obstáculos a serem ultrapassados.

19. O Conselho sabe que a assinatura da Declaração de Nairobi Safari Park, a 29 de Janeiro de 2004, devia marcar a entrada do processo de reconciliação na fase final que trata da partilha do poder, eleição do Parlamento de Transição e formação de um governo de base alargada. Contudo, apareceram recentes desentendimentos entre os signatários da Declaração resultantes de alguns tentarem rever alguns capítulos do projecto de Carta com vista à introdução de mais emendas. O Coronel Abdullahi Yusuf, Chefe da Delegação de Puntland e alguns dos líderes das facções pertencentes ao Conselho de Restauração e Reconciliação da Somália, estavam entre os que pediam a revisão. Devido a estes desentendimentos, a Conferência não pôde passar à Fase III, como tinha sido previsto. Alguns desses líderes entre os quais o Coronel Yusuf e Mohammed Deere, regressaram a Somália.

20. Tendo em conta esta nova crise, o Comité de Mediação e os Observadores Internacionais emitiram uma declaração a 16 de Março de 2004, em Nairobi, na qual, entre outras coisas, apelam aos líderes que regressaram ou que ainda estavam na Somália, para irem imediatamente a Nairobi participar na última fase do processo de reconciliação. A declaração foi dirigida principalmente a Mohamed Deere e seus aliados, que formaram o Conselho Nacional de Organização da Somália (NOCS) em Jowhar, com vista a iniciar um processo de paz paralelo.

21. Tendo em conta os acontecimentos de Jowhar e as suas implicações no processo de reconciliação, o Comité de Mediação da IGAD, conjuntamente com o Fórum de Parceiros da IGAD, enviou uma delegação a Jowhar, a 17 de Março de 2004, chefiada pelo meu Enviado Especial, Embaixador M.A. Fom. Essa visita tinha como objectivo persuadir Mohammed Deere e seus aliados a reintegrarem o processo de reconciliação.

22. A 21 de Março de 2004, em Djibouti, uma reunião ministerial, presidida pelo Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros do Uganda, Augustine S. Nshimye, reviu o processo de reconciliação à luz da situação na Somália e da visita a Jowhar. A reunião realçou a necessidade de uma delegação do CM visitar Nova Iorque para informar o Conselho de Segurança sobre o processo de reconciliação e os desenvolvimentos na Somália.

23. A 6ª Reunião do CPS, realizada a 29 de Abril de 2004, discutiu, entre outras questões, a situação na Somália. Nessa ocasião, o CPS exortou todos os membros do Comité de Mediação a participarem no 5º Comité de Mediação da IGAD, previsto então para ter lugar a 6 de Maio de 2004, em Nairobi, ao respectivo nível ministerial. O CPS também pediu coesão no seio do Comité para permitir a conclusão da Conferência de Reconciliação.

24. A 6 e 7 de Maio de 2004, o 5º Comité Ministerial de Mediação da IGAD reunir-se em Nairobi para analisar a evolução do processo de reconciliação, à luz do lançamento iminente da Fase III da Conferência. Todos os países da IGAD participaram na reunião, demonstrando assim o regresso à coesão e aos objectivos comuns no seio do Comité de Mediação. O Comissário para a Paz e Segurança participou nessa reunião. Os membros do Comité declararam solenemente o seu compromisso total e sem reservas para a resolução definitiva do problema somali. A reunião também lançou um apelo aos doadores no sentido de concederem fundos permanentes e previsíveis para permitir a conclusão do processo.

25. A 6ª Reunião Ministerial de Mediação da IGAD realizou-se em Nairobi, a 21 de Maio de 2004, e nela participaram todos os países da IGAD. O meu Enviado Especial para a Somália, Embaixador M.A. Fom, participou na reunião e noutras reuniões posteriores. O Embaixador Bethuel Kiplagat, Presidente da Conferência informou a reunião sobre os preparativos para o lançamento da Fase III, incluindo a evacuação da tribo e dos líderes tradicionais somalis a Mbagathi para participarem na Fase final. O Embaixador Kiplagat também informou o Comité dos constrangimentos financeiros que a Conferência enfrenta. No dia seguinte, dada a presença de muitos líderes políticos, tribais e tradicionais somalis em Mbagathi, embora faltando alguns, o Comité reuniu-se com cada um dos 5 clãs da Somália, nomeadamente Hawiye, Darod, Digil-Mirifle, Dir e o 5º Clã. O Comité deu directivas gerais aos clãs para facilitar o seu trabalho na selecção e distribuição de membros do Parlamento de Transição. No final das consultas, o Comité lançou a

Fase III. Ao mesmo tempo, o Comité reiterou o seu apelo anterior de concessão de fundos por parte do Fórum dos Parceiros do IGAD e de outros doadores.

26. A situação na Somália foi analisada apela 10^a Reunião do Conselho de Paz e Segurança realizada em Adis Abeba a 25 de Maio de 2004. Nessa ocasião, o CPS sublinhou a importância de se respeitar o prazo limite de 31 de Julho de 2004, para a conclusão da Conferência de Reconciliação Nacional. A este respeito, o Conselho reiterou a sua determinação de mobilizar a Comunidade Internacional a aplicar as sanções previstas contra todos os líderes de facções que deliberadamente minarem o processo de paz. O Conselho reiterou igualmente o seu empenhamento na unidade e integridade territorial da Somália, bem como a sua determinação em fazer os possíveis para facilitar o êxito dos esforços conduzidos pela IGAD e ajudar o povo somaliano a reconstruir o seu país.

27. Entretanto, a situação militar na Somália manteve-se geralmente calma. A maior parte das facções e grupos armados, incluindo os que não assinaram a Declaração de Eldoret a 27 de Outubro de 2002, que previa a cessação das hostilidades para permitir que o processo de reconciliação decorresse em boas condições, confirmaram o espírito da Declaração. Todavia, escaramuças foram registados incluindo em Mogadíscio combates inter-clãs em algumas partes da Somália.

28. Tendo em conta a continuação dos combates em Mogadíscio, o Embaixador Bethuel Kiplagat, Presidente da Conferência de Reconciliação emitiu um comunicado a 30 de Maio de 2004, apelando aos beligerantes para porem termo às hostilidades. Lançou um apelo aos líderes tradicionais para usarem a sua influência para resolverem o problema entre as partes em conflitos.

29. Além disso, apraz-me registar os esforços que estão a ser feitos na implementação do embargo de armas imposto pelas NU à Somália, através da Resolução 751 de Agosto de 1992. Convém recordar que, em Dezembro de 2003, o Conselho de Segurança das NU adoptou a Resolução 1519 sobre a Somália, que previa o estabelecimento, pelo Secretário-geral das NU, de um Grupo de Monitorização para acompanhar as violações do embargo de armas. O Conselho de Segurança também lançou um apelo às Organizações Regionais, incluindo a UA, para estabelecerem pontos focais para o efeito. É com satisfação que constato que o Secretário-geral já estabeleceu o Grupo de Monitorização, que começou a trabalhar em Março de 2004. Por seu lado, a UA, que logo designou um ponto focal para as questões relativas ao embargo, continuará a apoiar activamente os esforços em curso.

30. A 6^a Reunião do Conselho de Paz e Segurança lançou um apelo aos Estados-membros para cumprirem escrupulosamente as pertinentes resoluções do Conselho de Segurança das NU sobre o embargo de armas. O Conselho

solicitou à Comissão, em consulta com a IGAD e seus Estados-membros, a tomarem todas as medidas necessárias para promover a implementação do embargo de armas. Até agora a Comissão não recebeu nenhuma resposta. Subsequentemente, a Comissão escreveu aos Estados-membros da IGAD solicitando o seu parecer quanto à melhor forma de reforçar a implementação do embargo. Além disso, a Comissão escreveu ao Secretariado das NU, solicitando a ida de uma delegação do Grupo de Monitorização a Adis Abeba, a fim de discutir sobre a contribuição que a UA poderia dar na implementação do embargo de armas. No momento em que este relatório está a ser finalizado, estava sendo tomadas medidas para a realização desta reunião em Adis Abeba.

31. Durante o período em análise, a Somalilândia continuou a viver numa relativa paz e estabilidade, comparada com outras regiões da Somália, embora recentemente tenha havido alguns incidentes. Como resultado, a Somalilândia registou profundas mudanças através dos anos. Assim, o nível de matrícula escolar foi estimado em 75%, comparado com uma média de 25% noutras partes da Somália. A região também registou progressos nas áreas da saúde e de infra-estruturas. Para apoiar esses esforços, as Agências das NU e outras Organizações Internacionais de ajuda mantiveram-se activas na Somalilândia. Além disso, a Somalilândia tem estado a fazer campanha para obter o reconhecimento da Comunidade Internacional. No mesmo espírito, solicitou à UA para lhe conceder o estatuto de observador que lhe permita acompanhar os desenvolvimentos na União.

32. Quero também chamar a vossa atenção para a situação humanitária precária que se verifica em muitas cidades e aldeias da Somália. O problema humanitário surge dos efeitos duradouros da guerra civil, as enfraquecidas infra-estruturas de transporte e comunicação, que impedem a circulação de mercadorias; a insegurança ocasionada pelas operações de bandos de rua e por elementos de milícias, o regime pluviométrico errático e aridez em algumas áreas, bem como o potencial natural subdesenvolvido nas zonas mais ricas no sul do país. Os problemas humanitários são mais acentuados nas províncias de Sanaag e Sool. Embora menos afectadas pelos antigos conflitos, as duas províncias registaram uma seca prolongada, que afectou as condições de vida e obrigou as pessoas a mudarem-se em busca de alimentação.

33. O sector de educação tem permanecido muito menos activo ao longo dos anos, registando uma taxa de matriculas escolares tão baixa quanto 7% em alguns sítios. Em geral, de acordo com ONGs na Somália, cerca de 80% das crianças não frequentam a escola. Também o sector de saúde se encontra numa situação desastrosa. O sector sofre de falta de medicamentos e equipamentos hospitalares, uma enorme carência de médicos e enfermeiros; falta de meios de transporte e hospitais e clínicas em ruínas.

34. A situação alimentar em muitas partes do país continua sendo uma preocupação grave. Embora as colheitas tenham sido melhores em algumas áreas, os alimentos só muito dificilmente podem ser transportados para as zonas mais carenciadas devido à insegurança, estradas e o controlo dos alimentos pelas forças de milícias.

35. A Conferência de Reconciliação deveria ter concluído mais cedo, não fossem determinados factores. A multiplicidade e fragmentação das facções e grupos políticos somalis, a fraca coesão entre os Estados da Frente da IGAD que integravam o Comité Técnico e orientaram a Conferência de Reconciliação até a criação do Comité de Facilitação, os constrangimentos financeiros do processo, bem como a continuação do fácil acesso a armamentos por parte das facções armadas e outros grupos, constituem os factores principais que concorreram para adiar o progresso da Conferência, assim atrasando a sua conclusão.

36. No momento de finalização deste relatório, os processos da Fase III da Conferência de Reconciliação estavam focados na selecção dos Deputados, e a distribuição destes pelos sub-sub-clans, como antecedentes da formação de um Governo Transicional da Somália. A fim de facilitar o processo, e dadas as dificuldades financeiras com que se depara a Conferência, e o apelo do Comité de Facilitação Ministerial da IGAD, a Comissão contribuiu com mais 50.000,00 \$EU para o processo de reconciliação no início de Junho de 2004.

37. Gostaria de agradecer os esforços do Quênia e dos outros países da IGAD, bem como do Fórum de Parceiros da IGAD e dos observadores internacionais que permitiram que o processo de reconciliação da Somália continuasse no rumo certo, não obstante os numerosos obstáculos enfrentados. Desejo, sobretudo, felicitar os países da IGAD pela coesão que demonstram no processo de paz, com o objectivo comum de instalar uma paz e estabilidade duradouras na Somália. Quero agradecer as agências da ONU e as ONGs que continuam a proporcionar assistência humanitária às populações mais carentes da Somália, em condições de insegurança.

c) Etiópia-Eritreia

38. Desde a última Sessão Ordinária do Conselho Executivo, continuei a acompanhar de perto o processo de paz Etiópia-Eritreia. A Missão de Ligação da ONU na Etiópia-Eritreia (UNMEE) tem continuado a executar as suas funções de monitorização na Zona Temporária de Segurança (ZTS), com a Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE), que lidera o processo de paz.

39. Não obstante a ocorrência de incidentes, os relatórios recebidos do campo durante o período em apreço, revelaram indicações de continuação de calma e estabilidade na ZTS. Porém, não se tem alcançado progressos significativos no

tocante à implementação da Decisão da Comissão de Fronteiras Etiópia-Eritreia (EEBC), no que concerne à demarcação da fronteira.

40. Os esforços enviados pelo Enviado do Secretário-Geral da ONU, Lloyd Axworthy visitou a região pela primeira vez em Fevereiro de 2004. Nessa ocasião, reuniu-se em consulta com o Primeiro Ministro Meles Zenawi, em Adis Abeba, embora não tenha sido recebido pelo Presidente Isaias Afiworki, da Eritreia.

41. A 12 de Março de 2004, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 1531 sobre o processo de paz Etiópia-Eritreia. Nessa Resolução, o Conselho exortou as partes no sentido de cooperarem mais uma vez, plenamente com a UNMEE na execução do seu mandato e melhorar a segurança de todo o pessoal da UNMEE. O Conselho também apelou às partes para que cooperassem com a Comissão de Fronteiras e criassem as condições necessárias para as que a demarcação prosseguisse com celeridade. O Conselho reafirmou a importância crucial do diálogo político entre os dois países, exortando-os a normalizarem as suas relações e a não recorrerem a conflitos armados. Por último, o Conselho de Segurança expressou o seu total apoio ao Enviado Especial do Secretário-Geral para a Etiópia e Eritreia, tendo exortado ambas as partes, sobretudo, o Governo da Eritreia, a trabalharem de forma construtiva e sem mais atrasos com o Enviado Especial.

42. A 6 de abril de 2004, recebi a Troika da UE, chefiada por Brian Cowen, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, que visitava a região com o intuito de resolver, entre outras questões, o impasse actual no processo de paz. A Troika consultou primeiro o Presidente Isaias, a 5 de Abril de 2004, antes de se deslocar a Adis Abeba para se reunir com o Primeiro Ministro Meles. A Troika informou-me que em todas essas consultas, havia exortado as autoridades etíopes e eritreus a esforçarem-se no sentido de assegurar que o processo de paz avançasse. A Troika adiantou que havia também exortado o Presidente Isaias a cooperar com o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU. Por minha parte, reiterarei o compromisso da UA para com a restauração de uma paz duradoura entre os dois vizinhos.

43. A 7 de Abril de 2004, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Democrática da Etiópia, enviou uma Acta, com algumas cassetes de Vídeo à Comissão da UA. No essencial. A Acta faz uma resenha histórica aos acontecimentos que deram origem ao problema actual de fronteiras. Também reitera as posições tomadas pelas autoridades etíopes no passado, que “quer seja final e vinculativo ou não implementar a decisão da CFEE tal como está, pode não conduzir ao estabelecimento de uma paz duradoura e à normalização das relações entre a Etiópia e a Eritreia”. A Acta declara ainda que o processo de demarcação de fronteiras está, “de acordo com a opinião da Eritreia, fatalmente viciado, principalmente porque não foi levado a cabo nenhum inquérito no terreno, os

membros da Comissão de Fronteiras Etiópia-Eritreia não fizeram uma única visita às áreas fronteiriças, nem mesmo um voo de helicóptero, e não fizeram esforços para consultar as pessoas e as comunidades afectadas ao longo da fronteira”.

44. A 10 de Maio de 2004, recebi o Embaixador Legwaila J. Legwaila, Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas junto da Etiópia e da Eritreia, que apontou uma série de problemas que a UNMEE estava a enfrentar no terreno, especialmente as restrições à circulação do seu pessoal nas áreas limítrofes à ZST sobretudo no lado da Eritreia. O Embaixador Legwaila informou igualmente que o impasse no processo de paz estava a aumentar devido à incapacidade de se iniciar o diálogo e às posições opostas da Etiópia e da Eritreia.

45. A 17 de Maio de 2004, o Secretário-Geral da ONU escreveu ao Presidente Isaias informando-o dos termos de referência do Enviado Especial das NU, que ele tinha solicitado. O Secretário-Geral explicou que o Enviado Especial “não tentará a renegociação da decisão final e vinculativa da Comissão de Delimitação de Fronteiras Etiópia-Eritreia”, e que deverá centrar-se na “implementação dos Acordos de Argel, nas decisões da Comissão de Fronteiras, nas pertinentes resoluções e decisões do Conselho de Segurança, e encorajar a normalização das relações entre os dois países”. Contudo, o Enviado Especial ainda não foi recebido na Eritreia.

46. Por seu turno, o Governo da Eritreia manteve a sua posição de que as decisões da Comissão de Fronteiras relativamente à demarcação de fronteiras, em particular, devem ser implementadas como já foi determinado pela Comissão, e que não era necessário criar um mecanismo alternativo. Estas opiniões foram enunciadas de novo na Carta do Presidente Isaias Afiworki ao Secretário-Geral da Nações Unidas, a 3 de Junho de 2004. Nessa Carta, o Presidente disse que “o processo de demarcação é transparente, pois a Comissão delineou-o pormenorizadamente e, como tal, é uma questão jurídica estabelecida que não requer a permissão ou a boa vontade das duas partes. Nem mesmo requer a intervenção de uma parte terceira nem um “mecanismo” ou “processo” de substituição. O Presidente indicou que as dificuldades do progresso de paz deviam-se à “rejeição da decisão, por parte da Etiópia, e sua violação de todos os Acordos” relacionados com o processo.

47. No período em análise, as relações entre a Eritreia e a UNMEE agravaram-se, especialmente em Março e Abril de 2004. O Governo da Eritreia atribuiu culpas à UNMEE e ao seu pessoal. Ao mesmo tempo, o Governo impôs restrições à circulação do pessoal da UNMEE nas áreas limítrofes à Zona de Segurança Temporária e noutras partes da Eritreia.

48. Foi neste quadro que o Conselho de Segurança emitiu uma Declaração a 4 de Maio de 2004, na qual os Membros do Conselho manifestavam a sua

preocupação às restrições permanentes à liberdade de circulação da Missão, em especial nas áreas que confinam com a ZST e o encerramento do principal corredor humanitário às tropas da UNMEE no Sector Ocidental, por parte das autoridades eritreus. O Conselho também viu com preocupação a rejeição, por parte da Etiópia, de partes significativas da decisão da Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia. Por seu lado, o Secretário-Geral das Nações Unidas, numa Declaração datada de 14 de Maio de 2004, lamenta os ataques públicos contra a UNMEE por parte da Eritreia esperando que as partes, em particular a Eritreia, aceitem a UNMEE de forma construtiva.

49. Entretanto, as reuniões do Comité Militar de Coordenação (CMC) entre os comandantes militares etíopes e eritreus têm estado a correr bem, incluindo a nível do Sector local. A última reunião do CMC realizou-se a 10 de Maio de 2004, em Nairobi. As reuniões da Comissão de Coordenação Militar a nível do Sector foram realizadas, várias vezes, nos Sectores Ocidental e Central em Março e Abril de 2004. A primeira reunião do Sector Oriental foi realizada a 21 de Abril de 2004. Essas reuniões, que continuam a decorrer, garantem consultas regulares entre os comandos militares de ambas as partes envolvidas no conflito e igualmente, uma oportunidade para discutirem os incidentes fronteiriços.

50. Concluindo, a Comunidade Internacional deve continuar a seguir os dois países, ajudando-os a ultrapassar o actual impasse na implementação dos seus Acordos de Paz.

d) Sudão

51. As negociações entre o Governo do Sudão e o Movimento/Exército Popular de Libertação Sudanês (SPLA/M) continuam a fazer progressos com vista a chegar a um acordo global. As duas partes já assinaram vários acordos parciais sobre a partilha das riquezas. No dia 26 de Maio de 2004, mais progressos foram feitos uma vez que o Governo do Sudão e o SPLA/M assinaram três Protocolos sobre a partilha do poder, as duas partes reclamam áreas das Montanhas de Nuba e do Sul do Nilo Azul e, Abyei. O Protocolo de partilha de poder cobre tão importantes questões como o capital nacional, a estrutura do Governo, religião e escravatura, só para citar algumas. Os três protocolos cobrem as últimas questões contenciosas identificadas pelo Protocolo de Machakos, assinado em Julho de 2002.

52. No dia 5 de Junho de 2004, em Nairobi, a fase final do processo de paz do Sudão foi lançada numa cerimónia presidida pelo Presidente Mwai Kibaki, na presença do Vice-presidente Sudanês, Ali Osman Taha e o Presidente do SPLM/A John Garang. A União Africana foi representada na Cerimónia pelo meu enviado Especial para o Sudão, Embaixador Baba Gana Kingibe. Estiveram igualmente presentes Ministros do Sub-Comité Político do IGAD sobre o Sudão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, o Ministro Norueguês para Cooperação

Internacional, o Secretário Geral da Liga dos Estados Árabes, o Conselheiro do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Assuntos Africanos.

53. O propósito da cerimónia foi o de reconfirmar a documentação sobre a qual já há acordo e, para indicar a decisão dos partidos Sudanese para continuar e concluir as negociações e os aspectos remanescentes. Os partidos assinaram “A Declaração de Nairobi sobre a Fase Final da Paz no Sudão”, na qual acordaram que todas as questões no conflito do Sudão foram resolvidas, exceptuando os acordos a serem alcançados sobre os acordos de cessar-fogo, modalidades de implementação do acordo de paz global e as garantias regionais e internacionais. É igualmente importante referir que, de modo a não perder nenhuma força, as partes comprometeram-se a reiniciar as negociações sobre as questões restantes no dia 22 de Junho de 2004.

54. Em conformidade com a decisão do Conselho Executivo da União Africana, em Maputo, em julho de 2003, o Comité Ministerial da União Africana sobre a Reconstrução Pós-conflito do Sudão realizou a sua sessão inaugural no dia 15 de Março de 2004, em Addis Abeba. Durante essa reunião o Comité, que é presidido pela África do Sul, adoptou os seus termos de referência e desenvolveu o seu programa de trabalho. Passos estão actualmente a ser dados para criar modalidades para a execução desse programa de trabalho.

55. A conclusão de um acordo global de paz trará não somente fim ao indescritível sofrimento infligido aos povos do sul do Sudão, mas marcará igualmente uma mudança na história do Sudão e da região em geral. Com este cenário, nenhum esforço deverá ser poupado para assegurar a execução correcta dos compromissos assumidos pelas partes, bem como apoiá-los, uma vez que lutam para abrir um capítulo novo e mais promissor na história do seu país.

Darfur

56. Enquanto significativos progressos foram feitos para a materialização da paz duradoura no Sul do Sudão, a situação em Darfur permanece uma grande preocupação para a União Africana e a comunidade internacional em geral. Além dos esforços subjacentes por recursos, tais como a terra e a água, assim como o descontentamento político entre as comunidades locais, a crise actual, agitada sobremaneira pelas actividades atrozes das milícias *janjaweed*. Este grupo lançou uma campanha de ataque e de destruição contra a população civil em muitas partes de Darfur nos meses recentes. A situação causou o deslocamento forçado em grande escala de civis, com mais de 1.000.000 tornando-se pessoas internamente deslocadas (IDPs), ao passo que perto de 150.000 povos refugiou-se no vizinho Tchad.

57. Dada a gravidade da situação em Darfur, esforços sustentados foram feitos pela União Africana e pela Comunidade Internacional em geral, para assegurar-se de que medidas eficazes estão a ser tomadas para proteger a população civil e reverter uma futura deterioração da situação humanitária. Estes esforços resultaram nas negociações mediadas pelo Tchad entre o governo do Sudão, por um lado, o Movimento de Libertação do Sudão (SLM) e o Movimento da Justiça e da Igualdade (JEM), por outro, culminando na assinatura de um Acordo Humanitário do cessar-fogo em Darfur, em 8 de Abril de 2004.

58. O Acordo Humanitário de Cessar-fogo, que foi negociado com o apoio da União Africana e de outros Membros da Comunidade Internacional, prevê, entre outras, para um cessar-fogo, o estabelecimento de uma Comissão Conjunta e uma Comissão de Cessar-fogo, bem como a facilitação da entrega das ajudas humanitárias e da criação das circunstâncias conducentes à prestação de socorro urgente. As partes concordaram igualmente a reunir-se numa próxima fase para negociar o estabelecimento global e definitivo.

59. Na sequência do Acordo e da decisão tomada pelo Conselho de Paz e Segurança da UA, aos 13 de Abril de 2004, uma Missão de Reconhecimento da UA, composta por 10 membros, foi enviada ao Sudão e ao Chade, de 7 a 16 de Maio de 2004. Esta Missão, composta por representantes das Nações Unidas, União Europeia, Chade, França e EUA, foi mandatada a avaliar a situação no terreno, devido ao preconizado envio de Observadores Militares à região de Darfur.

60. Entretanto, a GoS, SLM e a JEM assinaram um acordo a reafirmar a sua disposição para convocar e realizar, sob os auspícios da Mediação do Chadiana e com a assistência da comunidade internacional, uma conferência geral de todos os representantes de Darfur, com vista a encontrar uma solução global e definitiva entre as partes no conflito.

61. Durante o lançamento solene da PSC a nível dos Chefes de Estado e de Governo, em 25 de Maio de 2004, em Adis Abeba, o Conselho reiterou a sua preocupação relativamente à situação prevalecente em Darfur, particularmente a contínua crise humanitária e registou violações de direitos humanos, perpetradas na região desde o início da crise. O Conselho acolheu com agrado o anúncio pela GoS de decisões visando facilitar o trabalho das agências humanitárias e investigar a violação de direitos humanos. O Conselho também se autorizou a envidar todos os esforços necessários para garantir um efectivo acompanhamento do Acordo de Cessar-fogo Humanitário, em particular, através do destacamento de uma Missão de Observadores da UA, com a relevante componente civil e, se necessário for, a componente de protecção, para apoiar o trabalho da Comissão de Cessar-fogo (CCF), com base nos resultados da Missão de Reconhecimento da UA para o Sudão e Chade.

62. De 27 a 28 de Maio de 2004, a UA convocou, em Adis Abeba, uma reunião consultiva sobre Darfur. Esta reunião congregou a GoS, SLM e JEM, bem como os representantes dos EUA, Reino Unido, França, Holanda, a União Europeia e as Nações Unidas. No dia 28 de 2004, as partes sudanesas assinaram um Acordo sobre as Modalidades para o estabelecimento do Cessar-fogo e o envio de Observadores à Darfur. O Acordo cobre, entre outras questões, a composição e o mandato da CCF, conforme o disposto no Acordo de Cessar-fogo Humanitário, bem como as modalidades para a supervisão e verificação de violações ao cessar-fogo.

63. Na sequência da assinatura do Acordo, a Comissão de Cessar-fogo realizou a sua reunião inaugural na Sede da UA. Na ocasião, as partes sudanesas reiteraram o seu empenho para uma implementação escrupulosa do Acordo de Cessar-fogo Humanitário e comprometeram-se a prestar a colaboração máxima à Missão de Observadores.

64. Na altura em que este relatório era finalizado, o primeiro grupo de Observadores da UA já tinha sido enviado à Darfur. Prevê-se que um total de pelo menos 120 Observadores Militares, tendo a UA contribuído com mais de metade deste contingente, e cerca de 270 protectores dos Observadores Militares, caso seja necessário. O orçamento total para a Missão, para um período de um ano, é de mais de 26 milhões de dólares americanos. Apraz-me informar o Conselho de que o Governo do Reino Unido já contribuiu com 3,4 milhões de dólares, ao mesmo tempo que foram envidados esforços para assegurar fundos adicionais da UE, recorrendo-se ao já criado Fundo para a Paz, bem como a outros parceiros da UA.

65. Conforme foi referido acima, a situação humanitária em Darfur é extremamente grave. Em 23 de Junho de 2004, teve lugar em Genebra uma Reunião de Alto Nível de Alerta aos Doadores. A UA esteve representada na referida reunião. A Declaração Conjunta emitida pelas co-presidências da reunião, nomeadamente as Nações Unidas, Estados Unidos da América e União Europeia, indica que cerca de 2,2 milhões de pessoas vão necessitar de assistência humanitária em 2004, e sublinharam que, a não ser que seja providenciada protecção e socorro imediatos, a crise sofreria um agravamento e estariam em perigo centenas de milhares de vidas. A Declaração Conjunta também apelou por um apoio imediato e generoso aos doadores, no sentido de reduzirem a diferença de financiamento de 236 milhões de dólares americanos para assistência humanitária em Darfur e Chade, em 2004.

66. Não deve ser subestimada a necessidade de se resolver com eficácia o actual conflito e a consequente crise humanitária e de direitos humanos. Por conseguinte, à UA cumpre o dever de desempenhar um papel central na resolução da crise. Neste contexto, é de particular importância a necessidade de se

assegurar a protecção da população civil e impedir qualquer agravamento da situação.

e) Burundi

67. Depois de anos de um conflito particularmente violento, o processo de paz no Burundi registou progressos significativos: a implementação do Acordo de Arusha para a paz e a reconciliação do Burundi, assinado a 28 de Agosto de 2000, que constitui um dos principais instrumentos de referência a uma gestão da vida nacional, bem como a implementação dos acordos de cessar-fogo dele decorrentes, e à qual a Missão Africana no Burundi (MIAB) deu uma contribuição inestimável, permitiram sanear o clima político e levar de novo a segurança para 16 das 17 províncias que compõem o país. A quase totalidade dos movimentos políticos armados agora estão representados nas instituições de transição.

68. Entretanto, três questões fundamentais estão hoje no centro das atenções. Trata-se nomeadamente:

- a) da questão das eleições, para a qual o debate está avançado sem que as partes tenham chegado a consenso, por enquanto;
- b) da questão da integração dos combatentes, cujos preparativos estão avançados tendo em conta as promessas de financiamento da Comunidade Internacional; e
- c) finalmente, a questão lancinante do PALIPEHUTU-FNL, único movimento armado que ainda não se juntou ao processo de paz;

69. O Conselho sabe que os Protocolos de Pretória assinados a 8 de Outubro e 2 de Novembro de 2003, entre o Governo de Transição e o CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza e o Acordo Global de Cessar-fogo concluído entre as duas partes, em Dar-Es-Salaam, a 16 de Novembro de 2003, aquando da 20ª Cimeira da Iniciativa Regional para a Paz no Burundi marcaram uma nova fase no processo de paz. É evidente que um consenso da classe política sobre a questão da organização e da realização das eleições, facilitaria a adopção da Constituição pós-transição, do Código Eleitoral e da Lei Comunal pelo Parlamento e permitiria iniciar os preparativos a fim de estarem prontos para a reunião de 1 de Novembro de 2004, em conformidade com as disposições do Acordo de Arusha para a paz e a reconciliação no Burundi.

70. A questão das eleições foi analisada aquando da 21ª Cimeira da Iniciativa Regional, realizada a 5 de Junho de 2004, em Dar-Es-Salaam, e na qual a UA esteve representada por uma delegação dirigida pelo Comissário responsável pela Paz e Segurança. Convém lembrar que as divergências constatadas aquando do

Fórum dos Partidos Políticos e movimentos políticos armados, organizado pelo Presidente da República, em Março e Abril de 2004, persistiram durante as consultas informais de Pretória, que se realizaram de 27 de Maio a 1 de Junho de 2004, e durante as quais o Governo, o FRODEBU, o UPRONA e o CNDD-FDD de Pierre Nkurunziza reuniram-se com o Vice-presidente Jacob ZUMA. As mesmas divergências apareceram durante a 21^a Cimeira da Iniciativa Regional. Por isso, a proposta de prorrogação do período de transição por mais de um ano, apresentada pelo Presidente Domitien Ndayizeye tendo como apoio um novo calendário eleitoral elaborado pelo Governo de Transição, não foi aceite pela região. A Cimeira pediu que as eleições fossem organizadas com o objectivo de respeitar o calendário previsto pelo Acordo de Arusha, mesmo que tenha de haver flexibilidade na implementação do calendário.

71. Durante o período em análise, surgiram dificuldades na Assembleia Nacional, na sequência do alargamento desta instituição e da sua Mesa. O efectivo total da Assembleia passou de 183 para 219 deputados, e o da Mesa de 5 para 18 membros, depois da cooptação à reforma de 13 oficiais superiores de etnia Tutsi, pertencentes às Forças Armadas Burundesas (FAB), e a admissão de membros oriundos dos seguintes movimentos políticos armados:

- CNDD-FDD Nkurunziza (15)
- KAZE-FDD* de Jean-Bosco Ndaryikenguru-Kiye (4);
- ICANZO-FNL** de Alain Mugarabona (4).

72. A cooptação destes 13 oficiais superiores à reforma e a percepção de que o processo de eleição dos membros do CNDD-FDD/Nkurunziza à Mesa da Assembleia, não foi feita em conformidade com o Regulamento Interno da Assembleia Nacional, provocaram uma crise no seio dessa instituição. Deputados da UPRONA, bem como os do CNDD-FDD/Nkurunziza e de outros movimentos, decidiram boicotar os trabalhos. É necessário que este alargamento responda, em princípio, à necessidade de salvaguardar os equilíbrios étnicos acordados em Arusha e reafirmados em Dar-Es-Salaam.

73. O próprio Governo também viveu uma situação semelhante, depois de o CNDD-FDD ter decidido suspender momentaneamente a sua participação nas reuniões do Conselho de Ministros, para protestar contra aquilo que considera ser lentidão na implementação do Acordo Global de Cessar-fogo de 16 de Novembro de 2003, particularmente, no que se refere às nomeações de membros saídos das suas fileiras na administração territorial, na diplomacia e em postos de direcção nas empresas públicas. Depois, este problema foi resolvido, tendo o governo procedido às nomeações em questão.

* EX CNDD-FDD, Facção Ndayikengurukiye,

** Ex PALIPEHUTU-FNL, Facção Mugabarabona

74. No plano militar, o Governo de Transição iniciou, desde 15 de Março de 2004, a formação de uma unidade especial de protecção que, de momento, só envolve elementos das FAB e do CNDD-FDD/NKURUNZIZA. Aos outros movimentos foi indicada uma quota dos seus elementos, cuja formação deverá começar em breve.

75. Um dos desenvolvimentos mais importantes durante o período em análise diz respeito à adopção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 21 de Maio de 2004, da resolução autorizando, para um período inicial de seis meses, o envio de uma Operação das Nações Unidas ao Burundi (ONUB), em conformidade com os acordos de Cessar-fogo de Outubro e Dezembro de 2002, e com as insistências da UA e dos países da região. A ONUB, que integra um efectivo máximo de 5.650 militares, será inicialmente constituído por forças da MIAB. A passagem de testemunhas entre as duas missões teve lugar a 1 de Junho de 2004. Gostaria de aproveitar esta ocasião para manifestar o meu apreço pelo papel desempenhado pela MIAB, e os meus agradecimentos aos países que forneceram contingentes, nomeadamente a África do Sul, a Etiópia e Moçambique pelos sacrifícios que consentiram. Os meus agradecimentos vão igualmente para os Estados Membros que forneceram observadores (burquina-Faso, Gabão, Mali, Tunísia e Togo).

76. Antes do estacionamento da ONUB, a Missão Africana tinha começado a estacionar no interior do país. Foi assim que o Contingente etíope assumiu, desde 14 de Maio de 2004, o segundo centro de desmobilização – em Otraco na província de Gitega, enquanto que o de Randa, na província de Bubanza estava a ser preparado.

77. A questão do PALIPEHUTU-FNL, foi objecto de uma Mini-Cimeira, que reuniu, em Dar-Es-Salaam, os Presidentes Yoweri Museveni, Benjamin Mkapa e Domitien Ndayizeye, a 8 de Maio de 2004. Aquando da 21ª Cimeira Regional, os Chefes de Estado decidiram impor restrições imediatas ao movimento dos dirigentes e membros do PALIPEHTU. Estas restrições visam impedir o PALIPEHUTU/FNL de “constituir uma ameaça à paz e à segurança no Burundi”. Os Chefes de Estado lançaram um apelo a todos os Estados-membros da União Africana e à Comunidade Internacional em geral, para aplicarem as mesmas restrições. Os Chefes de Estado da região pediram ao Conselho de Paz e Segurança da União Africana para recomendar uma acção política e legal apropriada contra as FNL nos próximos três meses, se, no fim deste prazo, este movimento não aceitar o processo de paz.

78. Por seu turno, o meu Representante Especial no Burundi teve uma conversa telefónica com o porta-voz desse movimento, ao qual reiterou a posição da UA segundo a qual não há alternativa às negociações. O meu Representante Especial recebeu igualmente o Enviado os Países Baixos na Região dos Grandes

Lagos, o Embaixador Frederick Rake, com o qual teve uma reunião sobre a questão e encorajou-o a prosseguir esforços.

79. A situação económica, social e humanitária continua precária. Daí a urgência em garantir o rápido desbloqueamento da assistência anunciada pela Comunidade Internacional, aquando do Fórum dos Parceiros do Desenvolvimento do Burundi, realizado em Bruxelas, de 13 a 14 de Janeiro de 2004.

80. Prosseguem igualmente esforços de repatriamento de refugiados que vivem nos campos da Tanzânia, em conformidade com o Acordo Tripartido celebrado em 2001, entre o Governo burundês, o Governo Tanzaniano e o ACNUR. De acordo com o ACNUR, em 2003, registaram-se 90197 repatriados; 35.808 refugiados regressaram ao país de Janeiro até fins de Abril de 2004. O regresso maciço dos refugiados continua a ser um desafio importante para o Governo. A falta de recursos financeiros para permitir à Comissão Nacional de Reinserção dos Sinistrados (CNRS) levar a cabo as suas actividades, bem como a questão das terras, constituem obstáculos ao sucesso da política de reinserção dos repatriados e dos sinistrados.

81. O debate sobre a realização das eleições nos prazos fixados pelo Acordo de Arusha para a Paz e Reconciliação no Burundi, continua a dividir a classe política burundesa no seio da qual os partidários da realização de eleições no fim do período de transição (Outubro de 2004) e partidários de um adiamento continuam a esgrimir as suas posições. Hoje, os olhares estão virados para o Mediador que deveria chegar à Bujumbura nos próximos três dias, mandatado pela Cimeira Regional, para ajudar o Governo de Transição do Burundi e as partes burundesas a alcançar, no mais curto espaço de tempo possível, um compromisso sobre as questões ligadas à partilha do poder. Por seu lado, a União Africana continuará a apoiar os esforços em curso para ajudar os Burundeses a chegar a um consenso que tenha em conta as preocupações de todos.

f) República Democrática do Congo (RDC)

82. No meu relatório à 4ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realcei os progressos significativos registados no processo de paz na República Democrática do Congo (RDC).

83. Depois, um certo número de desenvolvimentos contribuíram para abrandar esta evolução e suscitaram interrogações sobre o futuro do processo que o firme apoio da Comunidade Internacional permitiu construir. A este respeito, gostaria de sublinhar a difícil coabitação entre os vários intervenientes do período de transição e as consequências nocivas desta situação na sua confiança mútua. Gostaria igualmente de evocar os atrasos importantes registados na realização dos principais objectivos a que os Congolese se propuseram durante o período de

transição. O mesmo acontece com a elaboração e a adopção das leis, principalmente as relativas à eleições, à restauração da autoridade do Estado em todo o território nacional, à pacificação do país, em especial nas regiões do Leste e do Nordeste, à formação de um exército nacional unificado e à integração dos serviços de segurança, e ao relançamento da cooperação com os países vizinhos.

84. Foi neste contexto que decorreram os acontecimentos da noite de 27 para 28 de Março de 2004, que a Comunidade Internacional condenou veementemente. Nessa altura, publiquei um comunicado no qual, manifestei a minha séria preocupação como ao povo congolês em geral, para se manterem unidos e conduzir a transição a bom termo.

85. Foi igualmente neste contexto que os Presidentes do novo exército nacional da RDC, assumiram o controle da cidade de Bukavu, no Sul de Kivu, a 2 de Junho de 2004, após uma semana de combates. Na sequência destes acontecimentos, publiquei um comunicado no qual, entre outras coisas, condenei firmemente esta acção e convidei os soldados rebeldes a se retirarem da cidade. Lancei igualmente um apelo aos países da região, no sentido de privilegiarem o diálogo e a concertação nas suas relações e unirem esforços para apoiar a dinâmica em urso na região. Convém, finalmente, assinalar a tentativa do golpe de estado ocorrida em Kinshasa, a 11 de Junho de 2004. A este respeito, agradeço às autoridades congolenses por terem posto termo a esta acção de forma pacífica.

86. Durante a sua 11^a Reunião, realizada a 4 de Junho de 2004, o Conselho de Paz e Segurança condenou firmemente a tomada de Bukavu, bem como os actos de pilhagens, raptos e muitas violações dos direitos humanos que acompanharam esta operação. O Conselho condenou igualmente todos os actos de incitamento ao ódio étnico, e exortou as partes envolvidas a demonstrarem contenção e a procurarem uma solução para a crise através do diálogo. O Conselho exigiu que os rebeldes restituíssem imediatamente a província às autoridades civis e militares designados pelo Governo, e reiterou o apoio total da UA ao processo de paz e de reconciliação, bem como às instituições de transição. Renovou o seu apoio à MONUC e pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para reforçar os efectivos da MONUC para lhe permitir apoiar o processo de paz com mais eficácia; a este respeito, exortou os Estados-membros da UA a estarem prontos para disponibilizar tropas às Nações Unidas para reforçar a MONUC. Finalmente, o Conselho lançou um apelo aos países da região no sentido de trabalharem mais para a promoção de um clima de confiança e de diálogo, e para o reforço das suas relações.

87. No momento em que este relatório estava a ser finalizado, já se encontrava na região uma missão da UA enviada por mim e encabeçada pelo Representante Permanente do Senegal junto da UA e Presidente do Conselho de Paz e Segurança

para o mês de Junho. O objectivo da delegação, que inclui igualmente o Representante Permanente da Zâmbia junto da UA e Presidente da Comissão da União Africana para os Refugiados, Deslocados e Questões Humanitárias, é ajudar a diminuir a tensão actual, no quadro do prolongamento do Comunicado do CPs, e facilitar o relançamento do processo de paz.

88. Apesar destas dificuldades, as principais instituições de transição continuaram a funcionar. Esta situação permitiu registar alguns progressos na implementação da transição. Convém, a este respeito, sublinhar a publicação, a 20 de Abril de 2004, do roteiro da transição bem como do acordo entre as partes congoleesas sobre a repartição dos postos de governadores e de vice-governadores e a nomeação destes nas várias províncias do país. Convém igualmente salientar, a concertação entre o Governo e os Chefes dos Grupos armados da região do Ituri.

89. Preocupada com a conclusão do processo de paz, a União Africana continua, por seu lado, a acompanhar os Congolese nos esforços que desenvolvem com vista à concluir o período de transição. Membro do Comité Internacional de Acompanhamento da Transição (CIAT) e da Comissão Técnica responsável pelas actividades da Comissão Eleitoral Independente, a UA, através do meu Representante Especial na RDC, não poupa esforços para atenuar as incompreensões entre as partes e aproximar as suas posições sobre questões fundamentais do processo de transição.

90. A fim de reforçar a acção da União Africana no terreno, a 5ª Reunião do Conselho de Paz e Segurança, realizada a 13 de Abril de 2004, encorajou-se , entre outras questões, a enviar uma equipa inter-departamentos à RDC para avaliar a evolução do processo de paz e determinar as modalidades de um apoio reforçado da UA, aos esforços em curso. Tenciono, no fim desta avaliação, criar condições locais para uma interacção reforçada entre a União Africana, os parceiros externos responsáveis pelo acompanhamento da transição.

g) República Centro-Africana (RCA)

91. Desde a última sessão do Conselho, a Comissão continuou a seguir a evolução da situação na RCA, à luz das dificuldades económicas com que o país se confronta, dificuldades que contribuíram para a instabilidade recorrente que a RCA vive, bem como as medidas tomadas com vista à reposição da ordem constitucional.

92. Durante o período em análise, a situação sócio-económica não registou melhorias significativas. O governo propôs reduzir os salários dos funcionários em 30%. A medida foi rejeitada pelos sindicatos; todavia o governo chegou a um acordo com os sindicatos de professores e a redução foi limitada aos salários superiores ou iguais a 200.000 francos CFA. Por outro lado, no final de uma

missão em Bangui, em Janeiro de 2004, os peritos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) consideraram a situação económica muito grave e identificaram uma série de medidas que deverão ser implementadas. Por seu turno, o Ministro da Economia e Finanças anunciou recentemente que a RCA era elegível ao programa de reconstrução pós-conflito do FMI.

93. A 15 de Março de 2004, o General François Bozizé celebrou o 1º aniversário do golpe de Estado que o levou ao poder. A manifestação foi boicotada pela maioria dos partidos políticos, incluindo alguns membros da Concertação dos Partidos Políticos da Oposição (CPPO), que tinham apoiado esse golpe de Estado. Estes partidos consideraram inoportuna a organização dessas manifestações, no momento em que os funcionários têm vários meses de salários em atraso.

94. A 12 de Abril de 2004, o ex-Presidente Félix Patassé, que se encontra exilado no Togo, endereçou-me uma carta na qual diz que “as Cimeiras sucedem-se, o tempo passa e a situação na República Centro-Africana, que continua a deteriorar-se todos os dias em todos os sentidos, não parece preocupar a nossa nobre instituição, que parecer acomodar-se ao facto consumado”. Sr. Patassé rejeita o processo de reposição da ordem constitucional actualmente em curso. Sublinha que esta “alternativa cria um lastimável precedente grave que, indubitavelmente, abre o caminho à luta armada”. Apela à firmeza da União, “sem a qual, o que suceder na República Centro-Africana e na região será da sua responsabilidade.

95. No âmbito do processo eleitoral, o Chefe de Estado promulgou, após adopção pelo Conselho Nacional de Transição (CNT), o texto relativo à Comissão Eleitoral Mista Independente (CEMI), que faz desta instituição a estrutura responsável, em colaboração com o Ministério do Interior, pela preparação, organização, supervisão e controle das eleições e do referendo. O processo eleitoral prevê a realização de um referendo constitucional entre Outubro e Novembro de 2004, seguido da organização de eleições legislativas e presidenciais em Janeiro de 2005, e municipais no primeiro semestre do mesmo ano.

96. Mas o texto final é contestado por vários partidos políticos e centrais sindicais que acusam o General Bozizé de travar a transição e o processo eleitoral. Denunciaram, nomeadamente a ausência de independência da CEMI e o direito concedido aos prefeitos e sub-prefeitos de integrarem a sua composição. Preocupam-se com o que possa acontecer aos textos relativos ao processo eleitoral, nomeadamente a constituição, o código eleitoral, as leis sobre os partidos políticos e as colectividades territoriais. Consideram que “esta atitude do governo entrava perigosamente o princípio da gestão consensual da transição”.

97. Em Março de 2004, à margem da quarta Sessão Ordinária do Conselho Executivo, a Comissão organizou consultas informais com os Ministros congolês e gabonês dos Negócios Estrangeiros cujos países presidem respectivamente a CEEAC e a CEMAC. Estas consultas, que se destinavam a harmonizar as posições e acções da UA e da região sobre a situação na RCA, inscrevem-se na linha da decisão sobre a RCA adoptada pelo Conselho, em Julho de 2003, em Maputo.

98. A situação de segurança continua sempre precária como provam os incidentes de 17 de Abril, durante os quais militares das Forças Armadas Centro-Africanas (FACA), ajudados por elementos da força de paz da CEMAC, entraram em confrontos com antigos elementos rebeldes do general Bozizé, a norte de Bangui, provocando sete mortos e 15 feridos. Esse grupo de cerca de 500 homens, nacionais centro-africanos e chadianos, pediram “subsídios de compensação” como recompensa ao apoio que prestaram ao General Bozizé aquando da tomada do poder. Graças ao apoio das autoridades chadianas, os rebeldes foram reagrupados e a calma voltou a Bangui.

99. Concluindo, a situação na RCA continua precária. Daí a necessidade de intensificar e coordenar melhor os esforços para promover o regresso à paz e à estabilidade na RCA. A 9ª Sessão do Conselho de Paz e Segurança, a nível de Chefes de Estado e de Governo, em Adis Abeba a 25 de Maio de 2004, sublinhou a necessidade de todos os protagonistas africanos, incluindo o General Bozizé, criarem as condições da ordem constitucional, através da organização de eleições livres e transparentes. A este respeito, o Conselho evocou a declaração feita pelo General François Bozizé, em Brazzaville, a 25 de Abril de 2003, de não participar nas eleições presidenciais que serão organizadas no fim da transição.

h) São Tomé e Príncipe

100. Durante o período em análise, a Comissão continuou a seguir a evolução da situação em São Tomé, em especial a implementação do Memorando de 23 de Julho de 2003, assinado depois do golpe de Estado de 16 de Julho de 2003.

101. Membro estatutário da Comissão de Garantia e de Acompanhamento responsável pela implementação do Memorando, a Comissão participou na Terceira Sessão da referida Comissão realizada de 13 a 14 de Fevereiro de 2004, sob a presidência do Embaixador Nelson Cosme, Secretário Geral Adjunto da CEEAC. O meu Enviado Especial, Sr. Francisco Madeira, conduziu a delegação da UA.

102. Durante a Sessão, a Comissão discutiu a preparação do Fórum Nacional, que deve analisar todas questões políticas, institucionais e sócio-económicas das ilhas; problemas da instituição militar e das forças para-militares, bem como a situação dos elementos do antigo batalhão Búfalo e a adopção de uma lei sobre a

utilização dos recursos petrolíferos. A reunião fez propostas e recomendações sobre essas questões à atenção da sessão ministerial que, após vários relatórios, está agora prevista para princípios de Julho, para coincidir com o fim do Fórum Nacional, gostaria de informar o Conselho que a UA decidiu conceder uma contribuição financeira, para ajudar o financiamento do Orçamento da Comissão de Garantia de Acompanhamento.

103. À margem desta Terceira Sessão, a delegação da UA encontrou-se com as autoridades e várias entidades políticas e militares são-tomenses. Ausentes da ilha, os representantes dos ex-Búfalo não puderam participar. Destes encontros depreende-se que, para além da situação militar, um dos problemas com que se confronta a República Democrática de São Tomé e Príncipe, é a difícil coabitação do Presidente Fradique de Menezes, do Movimento para a Democracia – Força de Mudança (MFDM, com 27 assentos na Assembleia) e a Primeira Ministra, Maria das Neves, da coligação composta pelo Movimento de Libertação do Povo de São Tomé e Príncipe (MLSTP, 24 assentos) e Acção Democrática Independente (ADI, 4 assentos). Os adversários políticos do Presidente Fradrique de Menezes acusam-no de ultrapassar constantemente as prerrogativas do Primeiro Ministro e de não respeitar a separação dos poderes, situação que estaria na origem da instabilidade política actual em que o país vive. No entanto, todos os intervenientes estão de acordo quanto à necessidade de se organizar o Fórum Nacional, cujos preparativos estão em curso.

104. Este problema político latente surgiu recentemente sob a forma de uma crise entre a Primeira Ministra Maria das Neves e os Ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Recursos Naturais, ambos do MFDM. A crise foi tal que Maria das Neves pediu a demissão dos dois ministros sob pena de apresentar a sua própria demissão. Reagindo, todos os ministros do MFDM apresentaram então a sua demissão um bloco. Para pôr termo a este impasse, o Presidente Fradique teve de nomear outro Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação.

105. Convém recordar que a 11ª Conferência Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC encarregou o Gabão, a República do Congo e Angola para acompanharem a situação em São Tomé e Príncipe. Em conformidade com este mandato, os Ministros gabonês e congolês dos Negócios Estrangeiros, deslocaram-se a São Tomé a 12 de Março de 2004. Nessa ocasião, exortaram todos os actores políticos a trabalharem juntos para reforçar o processo de normalização das relações em curso.

i) Guiné Equatorial

106. No princípio de Março de 2004, um grupo de mercenários acusados de planejar um golpe de Estado, foi preso na Guiné Equatorial. O Presidente Obiang Nguema acusou o adversário Severo Mota Nsa, exilado em Espanha, de ser o instigador. Contudo, este rejeitou as acusações. Convém precisar que pouco após

a prisão dos mercenários em Malabo, o Presidente Obiang Nguema declarou que os arguidos seriam julgados perante um “tribunal de prestígio internacional” e que podiam ser executados se fossem considerados culpados.

107. Pouco depois de anunciar esta tentativa de golpe de Estado, as autoridades do Zimbabwe informaram ter apreendido um aparelho no aeroporto de Harare, tendo a bordo 67 homens com destino à Guiné Equatorial. No total 70 pessoas foram detidos e estão presas no Zimbabwe, onde são objecto de um processo judicial.

108. A 22 de Março, uma delegação da UA chefiada pelo Vice-presidente da Comissão deslocou-se a Malabo para se inteirar da situação, nesta ocasião, a delegação encontrou-se com o Presidente Obiang Nguema e outros responsáveis da Guiné Equatorial. A delegação da UA pôde encontrar-se com o Sr. Nick du Toit, Chefe do grupo de mercenários, na presença de vários responsáveis daquele país, entre os quais o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Presidente da Assembleia Nacional, bem como agentes de segurança. Durante esta reunião o Sr. Toit reconheceu os actos de que é acusado, declarou-se arrependido e pediu a clemência das autoridades da Guiné Equatorial.

109. A 13 de Abril de 2004, tive uma reunião com os Embaixadores da Guiné Equatorial e do Zimbabwe em Adis Abeba, bem como com representantes das Embaixadas da Namíbia e da África do Sul - nacionais deste dois países figuram entre as pessoas presas acusadas de tentativa de golpe de Estado. Nesta ocasião sublinhou a necessidade de maior colaboração entre os Estados Membros, para pôr termo ao flagelo do mercenarismo que é uma ameaça para a estabilidade dos Estados Africanos.

110. Nesta perspectiva, a Comissão tenciona tomar iniciativas para adaptar a Convenção da OUA sobre a eliminação do mercenarismo em África, adoptada em Libreville, em Julho de 1977, a fim de ter em conta os acontecimentos que entretanto ocorrem no Continente. Este esforço inscreve-se no quadro da Política Africana Comum de Defesa, que prevê um mecanismo de análise periódica dos instrumentos continentais relativa às questões de paz e segurança.

111. Além disso, gostaria de informar o Conselho que as eleições legislativas e municipais tiveram lugar na Guiné Equatorial, a 25 de Abril, como estava previsto, e que não se registaram incidentes. Todavia, um mês depois, precisamente na noite de 28 para 29 de Maio, um grupo de rebeldes atacou a caserna militar da Ilha de Corisco. As autoridades da Guiné Equatorial indicaram que cinco assaltantes foram mortos e cinco presos, acrescentando que a situação na Ilha do Corisco bem como no resto do país, estava sob controle, e que reinava a calma e a tranquilidade.

112. Por outro lado, gostaria de chamar a atenção do Conselho para o diferendo que opõe a Guiné Equatorial ao Gabão relativamente aos ilhéus M'banié, Conga e Cocotiers. Desejosas de alcançar uma resolução pacífica e satisfatória, as duas partes solicitaram, em Julho de 2003, à margem da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Maputo, a mediação do Secretário Geral das Nações Unidas, que acedeu ao pedido. O Sr. Kofi Annan confiou a questão ao Sr. Yves Fortier, que, em várias ocasiões se reuniu com as delegações do Gabão e da Guiné Equatorial em Genebra e em Nova Iorque. A 7 e 8 de Junho foi recebido pelo Presidente Obiang Nguema e a 9 e 10 de Junho pelo Presidente El Hadj Omar Bongo Odimba. No fim destes encontros declarou que “ a mediação está a progredir e que já se prevêem soluções”.

j) Côte d'Ivoire

113. Depois da assinatura do Acordo de Linas-Marcoussis, a 24 de Janeiro de 2003, foram registados progressos significativos no retorno à paz e à estabilidade na Côte d'Ivoire. Entretanto, desde Março último, estes avanços foram subitamente interrompidos na sequência de uma série de incidentes. Convém, em particular, citar a suspensão da participação no Governo a 4 de Março de 2004, de sete Ministros do Partido Democrático da Côte d'Ivoire (PDCI), devido ao diferendo que opôs este partido ao Chefe de Estado; a formação de uma coligação de conveniência, os “Marcoussistas” ou o “G7”, formado por quatro partidos políticos, nomeadamente o (PDCI), o Partido dos Republicanos (RDR), a União para a Democracia e a Paz na Côte d'Ivoire (UDPCI) e o Movimento das Forças do Futuro (MFA), bem como três antigos movimentos rebeldes, nomeadamente o Movimento Patriótico da Côte d'Ivoire (MPCI) , o Movimento Popular do Grande Oeste (MPIGO) e o Movimento para a Justiça e a Paz (MJP); o activismo dos “Jovens Patriotas”, um grupo de jovens partidários do Presidente Gbagbo, que contribuiu para exacerbar a tensão; o fracasso da operação de desarmamento anunciado para 10 de Março de 2004, em Yamoussoukro, bem como as consequência da repressão da marcha prevista pelo “G7” em Abidjan, a 25 de Março, e suas repercussões a 26 e 27 de Março de 2004. Como sinal de protestos contra esta repressão, a coligação dos “Marcoussistas” suspendeu a sua participação no governo de Reconciliação Nacional.

114. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas manifestaram a sua preocupação face às violências e pediram às partes ivoirenses para trabalharem incondicionalmente para a plena aplicação do Acordo de Linas-Marcoussis. Na sua terceira sessão, a 27 de Março de 2004, o Conselho de Paz e Segurança da UA lamentou as perdas em vidas humanas ocorridas na sequência desses actos de violência, e convidou todas as partes a darem provas de moderação, a retomarem o diálogo político e a conjugarem esforços com vista à implementação incondicional do Acordo de Linas-Marcoussis.

115. O Comité de acompanhamento do Acordo de Marcoussis, no qual a UA está representada pelo meu Representante Especial na Côte d'Ivoire, André Salifou, pediu a constituição de uma Comissão Internacional de Inquérito para esclarecer os acontecimentos de 25, 26 e 27 de Março de 2004. Igualmente, o Chefe de Estado e o Primeiro Ministro ivoirenses pronunciaram-se a favor da constituição dessa Comissão. O Secretário Geral das Nações Unidas acedeu a este pedido e solicitou ao Alto Comissariado dos Direitos do Homem das NU para mandar realizar um inquérito.

116. O relatório da Comissão de Inquérito da ONU, foi enviado ao Conselho de segurança a 14 de Maio, cujos membros sublinharam a importância de se pôr termo à impunidade. Apoiaram a iniciativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem no sentido da criação de uma Comissão responsável pela realização do inquérito sobre as violações dos direitos do homem na Côte d'Ivoire, desde o início da rebelião armada.

117. A 18 de Maio, o Chefe de Estado ivoirense decidiu suspender o pagamento dos salários dos ministros do "G7" do mês de Maio, anular as regalias relativas à sua instalação em Abidjan e recuperar as suas viaturas de função. Por outro lado, condicionou as deslocações dos membros do Governo ao exterior exclusivamente com a sua autorização. Num decreto publicado a 19 de Maio, o Chefe de Estado ivoirense demitiu três Ministros da oposição, das quais Guillaume Soro, Ministro de Estado, responsável pelas Comunicações e Secretário Geral das Forças Novas, que foram substituídas, interinamente por três membros da Frente Popular Ivoirenses (FPI), o partido do Presidente Gbagbo. A 20 de Maio, o Directório do "G7" declarou que essas decisões não eram válidas e violavam os Acordos de Linas-Marcoussis e de Accra II".

118. A situação na Côte d'Ivoire foi analisada aquando da 10ª reunião do Conselho de Paz e Segurança, realizada em Adis Abeba, a 15 de Maio de 2004. Nessa ocasião o Conselho lamentou profundamente o impasse actual e sublinhou que qualquer acção unilateral, levada a cabo por qualquer uma das partes, só pode agravar a situação e atrasar ainda mais o processo de paz. O CPS manifestou igualmente a sua preocupação face às exacções, matanças e violações dos direitos do homem cometidas desde o início da crise. A este respeito, o CPS reiterou o seu pedido à Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos para activarem um inquérito sobre as violações dos direitos do homem na Côte d'Ivoire. Por outro lado, o CPS exortou as partes ivoirenses a darem provas de vontade política, a trabalhar pela aplicação integral e incondicional do Acordo de Linas-Marcoussis e a criar as condições propícias ao regresso de todas as partes em conflito ao Governo de Reconciliação Nacional, sublinhando que a composição do Governo e a sua integridade, incluindo um Primeiro Ministro consensual, deviam ser mantidas. O CPS deu mandato à CEDEAO para tomar as medidas

necessárias ao arranque efectivo e imediato das actividades sobre os progressos registados nesse sentido, durante a presente Sessão da Conferência.

119. Reagindo ao conteúdo do comunicado do CPS relativo à composição e à integridade do governo de Reconciliação Nacional, a Embaixada da Côte d'Ivoire em Adis Abeba enviou uma Nota Verbal à Comissão. Nessa nota, a Embaixada sublinhou o seguinte: “Nenhuma disposição do Acordo de Marcoussis prevê a nomeação “intuiti personae” de representantes das partes signatárias do referido Acordo às funções ministeriais, nem mesmo do Primeiro Ministro. É evidente que a decisão tomada pelo Conselho de Paz e Segurança que evoca em substância o regresso dos Ministros destituídos do Governo pode dar origem a interpretações tendenciosas que possam exacerbar a situação política já precária no país”.

120. Concluindo, gostaria de reiterar a minha disposição, juntamente com a CEDEAO e os parceiros internacionais, a prosseguir esforços visando facilitar o efectivo relançamento do processo de paz na Côte d'Ivoire. Tenciono, em particular, contribuir para a promoção do diálogo e da compreensão entre os dirigentes dos países da região.

k) Libéria

121. Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (CPA) em Acra, a 18 de Agosto de 2003, e a subsequente entrega pacífica de poderes a 14 de Outubro de 2003, pelo então governo interino dirigido pelo antigo Presidente Moses Blah ao Governo de Transição Nacional da Libéria, (NTEL), chefiado pelo Presidente Charles Gyude Bryant, progressos visíveis e significativos foram alcançados em prol da implementação do CPA, em particular, e na evolução do processo de paz em geral. Não obstante, muito ainda terá de ser feito para garantir que o processo de paz continue irreversível.

122. As várias instituições que são mencionadas no CPA, incluindo o ramo executivo, denominado Governo de Transição Nacional da Libéria (NTGL) no Acordo – o ramo legislativo denominado Assembleia Nacional Legislativa de Transição (NTLA), e o poder judicial foram em grande parte constituídos. Além disso, os Presidentes e membros das várias Comissões também partes do CPA foram nomeados e/ou foram confirmados ou aguardam confirmação pela NTLA.

123. Porém, a questão de atribuição de postos no NTGL, e no serviço público dentre as várias partes signatárias do acordo, tornou-se uma fonte de instabilidade, o que leva os dirigentes das facções em conflito, em particular, a LURD a MODEL façam apelos para a sua remoção. Contudo, após a visita em Março de 2004, do Mediador da CEDEAO, o General Abdusalami Abubakar, e a sua equipa composta, inter-alia, por oficiais superiores da CEDEAO e da Comissão da UA, as relações entre o Presidente Bryant, por um lado, e os

dirigentes das antigas facções em conflito, bem como o Presidente da NRLA por outro, melhoraram de forma substancial e tornaram-se menos conflituosos. Não obstante, as diferenças continuam.

124. A contínua luta de liderança no seio da LURD, criada pelo diferendo entre marido e mulher, Aisha e Sekou Conneh, continua a construir uma causa de preocupação. Receia-se que possa ter um impacto negativo no programa em curso de desarmamento, desmobilização, reabilitação e reintegração (DDRR). Estão a ser feitos esforços para pôr cobro à crise.

125. Com o relançamento do processo do DDRR, deu igualmente ênfase às eleições previstas para Outubro de 2005, de acordo com o estipulado no CPA. Nos finais de Abril de 2004, o Presidente Bryant empossou os sete membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE), chefiado por um antigo Juiz do Tribunal Supremo. O Presidente Bryant afirmou categoricamente que a data das eleições não seria alterada. Esta posição foi corroborada pelo Grupo Internacional de Contacto sobre a Libéria quando os seus dois Co-presidentes, nomeadamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana, em representação do Presidente em Exercício da CEDEAO, a UA e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Suécia, representando a UE, acompanhados por funcionários da CEDEAO, UA e UE, efectuaram uma missão de avaliação ao país, em Abril de 2004. A Declaração da Comunidade Internacional surge numa altura em que certos quadrantes na Libéria apelam para o adiamento das eleições.

126. É de recordar que o Artigo XIX do CPA estipula que as eleições não podem ser realizadas depois de Outubro de 2005, solicita à “ONU, UA, CEDEAO e outros membros da Comunidade Internacional, se for este o caso, a conduzirem, verificarem e supervisarem as próximas eleições no país”. Nesse sentido, a ONU, a UA e a USAID/IFES enviaram à Libéria, em Abril de 2004, missões de avaliação. A Missão de Avaliação das NU concluiu que actualmente a CNE, recentemente criada, possui muito pouco material e meios humanos para levar a cabo as suas responsabilidades relacionadas com a educação cívica e de eleitores, registo de eleitores, delimitação e escrutínio; e que sem apoio internacional extensivo, estas actividades não podem ser levadas a cabo dentro do prazo estipulado pela CPA. É de notar que durante a missão do Co-presidente do ICGL, em Abril de 2004 à Monróvia, a delegação manteve contactos com peritos internacionais baseados no terreno, bem como membros da Comissão Nacional de Eleições. Durante estas reuniões, as dificuldades com que se confronta a Comissão Nacional de Eleições também foram levadas à atenção da delegação da ICGL. Na última reunião do ICGL realizada em Londres, a 11 de Maio de 2004, foi acordado que as consultas seriam levadas a cabo entre a Unidade Eleitoral da UNMIL e a CEDEAO, bem como a UA para traçar as estratégias a seguir com vista às eleições.

127. No que respeita à segurança, o Conselho Executivo é informado que dependendo da eminente conclusão do desdobramento das tropas da UNMIL em todo o país, houve uma concordância geral em relação ao cessar-fogo, em Monróvia, e na grande maioria das outras regiões do país; consequentemente, não tem havido escaramuças dignas de realçar no país. Contudo, houve relatos de violações ao cessar-fogo, especialmente no interior do país, envolvendo as três antigas facções em conflito. Estes incidentes, incluíram combates esporádicos na região de Nimba, que cobriram o período entre Novembro de 2003, até muito recentemente, em Abril de 2004, na altura em que este relatório estava a ser concluído.

128. O desenvolvimento das forças da UNMIL para além da Monróvia e arredores, onde elas se tinham concentrado ao longo de meses, também facilitou o relançamento do Programa DDRR. É também de recordar que quando a 7 de Dezembro de 2003, a UNMIL tentou sem sucesso iniciar o processo de desarmamento, ela contava apenas com um número reduzido de tropas (5000) no terreno. Todavia, quando a 15 de Abril de 2004, o DDRR foi relançado, a UNMIL declarou que as 13.943 tropas desdobradas até então eram insuficientes para atingir os objectivos desse processo. Até 11 de Maio de 2004, a UNMIL tinha um total de 14.107 tropas no terreno, desdobradas em quase todas as regiões do país, com excepção de quatro. O relançamento do DDRR, a 15 de Abril de 2004, foi precedido de um programa intensivo de mobilização orientado para os combatentes, e envolvendo comandantes das três facções armadas, bem como representantes da Comissão Nacional sobre o Desarmamento, Desmobilização, Reabilitação e Reintegração, juntamente com Agências das ONU e ONGs.

129. A 5 de Maio de 2004, quando este relatório estava a ser finalizado, a UNMIL anunciou que até 28 de Abril de 2004, 10.653 armas tinham sido recolhidas dos 18.415 combatentes das facções da LURD, MODEL e GOL, desde o início do programa e que mais de 3 milhões de munições de armas ligeiras e 5.300 outras peças de artilharia também tinham sido recolhidas. Cerca de 8.000 ex-combatentes tinham sido alegadamente desarmados durante a primeira fase do relançamento do programa, em Abril, de acordo com a UNMIL. Após o fim da primeira fase, do relançamento do programa, em Abril de 2004, foi anunciado que o início da segunda fase do exercício de desarmamento estava planeada para ter lugar após a construção de seis centros de acantonamento em outros locais, dentro do país.

130. Note-se que muito embora se espera que o aspecto “DD” da totalidade do programa do DDRR tenha a duração de 9 meses, o aspecto “RR” do mesmo, levará anos, e o seu sucesso dependerá em grande medida do fluxo de assistência internacional. É absolutamente crucial que o DDRR, que requer gastos financeiros consideráveis seja concluído com êxito, porque irá acabar com o ciclo de violência, ajudar a criar um clima conducente à realização das próximas

eleições e impedir mais uma vez o alastramento do conflito liberiano para os outros dois países do Mano River, incluindo a Sierra Leone, onde a paz é ainda frágil, bem como a Côte d'Ivoire, onde o conflito ainda está por resolver.

131. NA frente humanitária é de realçar que em Novembro de 2003, foi lançada pela NU, um forte apelo para as actividades humanitárias. O ACNUR, juntamente com o PAM, a UNICEF e uma série de Organizações Internacionais e Não-governamentais desempenharam um papel de destaque ao providenciarem assistência humanitária de emergência a grupos vulneráveis e afectados pela guerra, tais como refugiados, pessoas internamente deslocadas, a mulher e a criança. A medida que a paz se torna uma realidade na Libéria, milhares de refugiados liberianos na África Ocidental começaram a voltar para o seu país, numa vaga de regressos espontâneos. O ACNUR diz esperar que o regresso espontâneo atinja o seu auge nos próximos meses, e que de facto continuará num ritmo elevado durante os primeiros meses de 2005, em antecipação às eleições marcadas para Outubro desse ano. Como resultado do apelo urgente para a assistência, no valor de 39.2 milhões de \$EU para as suas operações na Libéria em 2004, com vista a preparar o regresso de um número estimado em 150.000 refugiados liberianos, o ACNUR anunciou, a 20 de Abril, que tinha recebido um montante adicional de 11 milhões de \$EU, para além dos 3 milhões recebidos anteriormente, mas que ainda necessitava de 25 milhões para alcançar as suas metas.

132. O país continua a enfrentar uma “crise dos direitos humanos” de grandes proporções. Os membros das facções armadas em conflito cometeram alegadamente violações dos direitos humanos, incluindo ataques a civis, morticínios, tortura, violações, assédio, pilhagens, extorsão, trabalho forçado, restrições à liberdade de movimento e liberdade de expressão. Espera-se que com o desdobramento acrescido das tropas da UNMIL no país, e quando o exercício do desarmamento estiver concluído, haverá um decréscimo na incidência destas violações. Porém, espera-se que os problemas persistam nas áreas isoladas onde não existe a presença de forças de manutenção da paz da UNMIL e também se faz sentir a falta da polícia e da autoridade civil.

133. O Governo e a UNMIL têm estado a trabalhar activamente, com vista à reabilitação de infraestruturas e à reabertura de escolas no país. O Governo também fez esforços vigorosos para satisfazer a necessidade de pagamento dos salários em atraso dos funcionários públicos, mas ainda terá de concluir esta tarefa devido aos constrangimentos financeiros. A difícil situação económica e financeira traduziu-se em tensões sociais e greves por parte dos funcionários públicos, professores e estudantes.

134. A actual situação sócio-económica precária acentua a necessidade urgente da Comunidade Internacional, prestar um forte apoio aos esforços que o Governo

está a desenvolver com vista a reabilitação e reconstrução do país. É de recordar que em Fevereiro último, a Conferência de Doadores, realizada em Nova Iorque, comprometeu-se a contribuir com 520 milhões \$EU para este fim. Desde então, o NTGL, o sistema das NU, o Banco Mundial, bem como outros parceiros, fizeram esforços significativos para implementar o programa que constitui o roteiro para a recuperação da Libéria, também conhecido como o Quadro de Transição com Base em Resultados Palpáveis (RFTF).

135. O NTGL fez esforços com vista a por cobro à dimensão regional do conflito na Libéria. Neste contexto, o Presidente do NTGL visitou vários países de importância crucial, incluindo o Burquina Faso, a Côte d'Ivoire, a Guiné e a Sierra Leone. As visitas contribuíram para melhorar as relações entre a Libéria e os seus vizinhos, e mobilizaram o apoio para o processo de paz no país. As visitas feitas à Guiné e à Sierra Leone contribuíram para o reestabelecimento da cooperação entre os países da União do Mano River e serviram de mote para a realização de uma Cimeira em Maio de 2004.

136. NA reunião do ICGL, realizada em Londres, a 11 de Maio, na qual a UA se fez representar, este órgão reafirmou a sua posição de que todos os Estados da região deviam apoiar a implementação do CPA, no sentido de evitar que os seus territórios sejam utilizados por elementos armados com vista a desestabilizar os seus vizinhos, assim como a reforçarem a cooperação regional. Ele saudou a próxima Conferência da MRU e apelou aos Chefes de Estado a fazerem uso da reunião como forma de resolver as questões transfronteiriças.

137. Também foram expressas preocupações no concernente a persistência de informações de acordo com os testemunhos de alguns ex-combatentes, segundo as quais armas das antigas facções em conflito foram encontradas a caminho da Côte d'Ivoire e Sierra Leone; é de notar que antes disto acontecer, a Missão das Nações Unidas na Sierra Leone (UNAMSIL), a Missão da ONU na Côte d'Ivoire (ONUCI), e a UNMIL foram delineando planos e modalidades conjuntas para um controle mais eficaz das fronteiras. Isso seria partilhado com os países em questão. A reunião do ICGL exortou a UNMIL, o NTGL e os líderes das antigas facções em conflito, a garantirem que todos os combatentes liberianos e as suas armas permaneçam na Libéria, no contexto do DDR em curso.

138. A Comunidade Internacional também deu enfoque às actividades do ex-Presidente Charles Taylor. Neste contexto, em Março de 2004, os EUA apoiaram uma resolução que foi aprovada unanimemente pelo Conselho de Segurança, a 12 de Março de 2004. Esta resolução apela a todos os Estados Membros da NU, no sentido de localizarem e congelarem fundos pertencentes ao antigo Presidente Taylor, sua família e aliados. Um relatório solicitado anteriormente pelo Conselho de Segurança acusa o Sr. Taylor de continuar a desviar os recursos do Governo liberiano, embora esteja no exílio. No que diz respeito ao embargo de viagens

imposto pela ONU, o Conselho de segurança, embora reconhecendo as mudanças que tiveram lugar na Libéria, publicou a 16 de Março de 2004, uma nova lista de 47 pessoas, incluindo oficiais superiores do antigo Governo, assim como membros das forças armadas, acusados de terem relações com o Sr. Taylor ou suspeitos de terem dado apoio a grupos rebeldes. Muito recentemente, o Conselho de Segurança da ONU renovou as suas sanções em relação ao Comércio de diamantes e madeira da Libéria.

139. A Comissão da UA compromete-se a implementar integralmente o CPA e o processo de paz no seu todo, tendo especialmente em conta o papel que ele desempenhou, no ano passado, na facilitação e condução das negociações da paz em Acra, que eventualmente culminaram com a assinatura do Acordo. Para este fim, para além de nomear um Enviado Especial para a Libéria, que teve como resultado a realização de duas Missões de Trabalho à Libéria e à região; Oficiais da Comissão foram enviados a Monróvia para cobrir, em particular, as questões políticas e militares derivadas da implementação do Acordo de Paz. Com a aprovação da proposta do Conselho de Paz e Segurança da Comissão da UA, em Abril, de estabelecer um Escritório deste Órgão na Libéria, a capacidade da UA com vista a contribuir para a implementação do Acordo será reforçada.

1) Guiné-Bissau

140. O Conselho sabe que na sequência do golpe de Estado ocorrido a 14 de Setembro de 2003, o Sr. Francisco Madeira, Ministro da Presidência de Moçambique, tinha, a meu pedido, efectuado uma missão à Guiné-Bissau de 19 a 25 de Setembro de 2003. Nessa ocasião, o meu emissário tinha igualmente iniciado consultas com a CEDEAO e alguns países da região.

141. Durante o período em análise, o acontecimento mais importante foi a realização de eleições legislativas que decorreram a 18 de Março de 2004. Este escrutínio marca o início do regresso às instituições democráticas no país.

142. A convite das autoridades da República da Guiné-Bissau, observadores da União Africana participaram na observação das eleições de Março de 2004. Estas eleições deveriam decorrer só num dia, a 28 de Março, mas como o material para a votação não foi distribuído a todas as mesas de voto, teve de se organizar uma segunda volta no sector de Bissau, a 30 de Março. Doze partidos políticos e três coligações concorreram às eleições. As vinte e sete circunscrições eleitorais da Guiné-Bissau elegeram cem deputados, enquanto que outros dois deviam ser eleitos pela Diáspora.

143. Portugal, Brasil, Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Estados Unidos e a Federação Russa, e Organizações como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

(CEDEAO), a União Económica e Monetária(UEMOA) e a União Africana (UA), enviaram, no conjunto, cento e quatro observadores.

144. No comunicado final publicado no fim destas eleições legislativas, os observadores internacionais ficaram satisfeitos com o desenrolar do escrutínio, marcado pelo civismo e pela transparência, e pela participação maciça das populações na votação de 28 de Março e de 30 de Março no sector de Bissau. Por outro lado, os observadores internacionais afirmaram que o escrutínio de 28 de Março de 2004, tinha decorrido de forma livre, justa e transparente, apesar das irregularidades constatadas na sua organização. O Conselho de Segurança das NU saudou igualmente a realização das eleições legislativas e encorajou os guineenses a continuarem a trabalhar para a reconciliação nacional.

145. Algumas formações políticas contestaram os resultados provisórios publicados a 4 de Abril pela Comissão Nacional Eleitoral e apresentaram reclamações sobre as irregularidades constatadas antes, durante e depois do escrutínio. Face à tensão suscitada por esta contestação, os Chefes de Estado do Senegal e de Cabo Verde efectuaram visitas de algumas horas a Bissau, a 5 de Abril de 2004, para fazer ver a razão e a clareza a todos os partidos. Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional de Transição, a 7 de Abril, criou uma Comissão de Inquérito para esclarecer as irregularidades apresentadas pelos partidos e apresentar um relatório ao Supremo Tribunal.

146. A 21 de Abril, o Supremo Tribunal confirmou os resultados das eleições legislativas, tendo revisto em alta, os números relativos à participação. Nenhum partido obteve a maioria absoluta. Todavia, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ex-partido único, ficou em primeiro lugar com uma maioria relativa de quarenta e cinco deputados. Partido da Renovação Social (PRS), do antigo Presidente Kumba Yala, teve 35, o Partido Unido Social Democrata (PUSD) do ex-Primeiro Ministro Francisco Fadul, obteve dezassete. A União Eleitoral, coligação de cinco pequenos partidos, obteve dois deputados, enquanto que a Aliança Popular Unida, coligação de dois partidos, só obteve um deputado. Os dois assentos restantes, destinados aos guineenses da diáspora, não foram preenchidos.

147. A nova Assembleia nacional Popular, que foi investida a 7 de Maio de 2004, inaugura a Sétima Legislatura desde a independência da Guiné-Bissau. Esta investidura põe fim ao mandato do Conselho Nacional de Transição, enquanto que o Comité Militar se transforme num órgão consultivo junto da Presidência.

148. Congratulo-me pelo facto de o consenso alcançado pelos três partidos políticos e as duas coligações que elegeram deputados, ter permitido ao Presidente da República nomear o Sr. Carlos Gomes Júnior, Presidente do PAIGC, para o posto de Primeiro-Ministro.

149. A Guiné-Bissau, que necessita urgentemente de ajuda internacional para relançar a sua economia, demonstrou a sua capacidade ao se dotar de instituições credíveis e democráticas, e da sua determinação a criar o clima de confiança necessário ao prosseguimento da cooperação internacional. Continuarei, em consulta com a CEDEAO, os países da região e os parceiros internacionais, a conceder o apoio da União Africana a este esforço e à conclusão do processo de reposição da ordem constitucional.